

REVISITANDO

UNIVERSIDADE PARA TODOS: O Prouni na visão dos bolsistas de uma instituição de Ensino Superior

Maria Aparecida de ALMEIDA¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar a análise sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni), entre 2001 a 2008, segundo a ótica dos bolsistas de uma Instituição privada de Ensino Superior do interior do Estado de São Paulo, do ponto de vista político, econômico, pedagógico e social, buscando verificar o modo como esse bolsista via o ProUni: um programa de inclusão social que democratiza ou que privatiza o ensino superior brasileiro? Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, a qual se fundamenta em levantamento bibliográfico sobre o tema, na pesquisa documental e na aplicação de um questionário junto aos bolsistas do ProUni.

Palavras-chave: ProUni; Ensino Superior; Políticas Públicas.

Abstract

This work presents the analysis of the Universidade para Todos Program (ProUni), between 2001 and 2008, from the perspective of the scholarship holders of a private Higher Education Institution in the interior of the State of São Paulo, Brazil, from the political, economic, pedagogical and social points of view, seeking to verify like this students understood the ProUni: a social inclusion program that democratizes or privatizes Brazilian higher education? This is a descriptive qualitative research, which is based on a bibliographic survey on the subject, on documental research and on the application of a questionnaire to ProUni scholarship holders.

Keywords: ProUni; Higher Education; Public policy.

Introdução

Estudar no Brasil não é fácil e fazer uma faculdade é complicadíssimo, sobretudo por tudo que o jovem passa para conseguir uma vaga em uma instituição pública. Para solucionar esse problema, surgem as Instituições de Ensino Superior (IES) particulares. Algumas, cumprindo o que prevê a legislação, tornam-se universidade, ao dedicarem parte de seu trabalho à pesquisa e à extensão universitárias.

O problema de pesquisa que norteou a dissertação de mestrado que deu origem a esse trabalho surgiu ao encontrar, numa sala do curso de Medicina Veterinária, em uma

¹ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Professora do Centro Universitário Metrocamp (UniMetrocamp) e do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta).

universidade privada, uma aluna afrodescente, advinda de escola estadual e de classe socioeconômica menos abastada. Como ela conseguiu ingressar naquele curso? A resposta foi o Programa Universidade para Todos (ProUni). A partir desse momento, iniciou-se o processo para compreender esse fenômeno. Depois de muita leitura, obteve-se o conhecimento quanto ao programa político do ponto de vista do estado e dos pensadores. A partir daí, faltava a visão do bolsista. Então, a pesquisa de mestrado foi em busca desse saber.

Assim, o presente artigo pretende apresentar a análise realizada na dissertação de mestrado sobre o fenômeno de ingresso de jovens de baixa renda, bolsistas do ProUni, nos cursos de graduação de uma instituição privada de Ensino Superior, no interior do Estado de São Paulo, de 2001 a 2008, a qual teve como objetivo verificar como esse bolsista vê o ProUni: Como um programa de inclusão social que democratiza ou privatiza o Ensino Superior brasileiro?

A hipótese que permeou este trabalho foi a de que o ProUni é visto pela maioria dos bolsistas como um programa político que democratiza o Ensino Superior, já que eles antes eram excluídos, agora são incluídos nesse nível de ensino.

Segundo Sanfelice (2006), o tema da inclusão educacional é desafiador. A história da educação brasileira é marcada pelo caráter excludente da educação escolar e, com frequência, essa questão é tratada de modo a identificar os culpados por isso, como se houvesse uma permanente conspiração de ricos contra os pobres, das classes dominantes contra os dominados. Do ponto de vista desse autor, a exclusão no Brasil sempre foi uma característica da sociedade desde a colonização. No entanto, o conceito de exclusão educacional é um conceito que não pode ser aplicado a todas as épocas históricas brasileiras, já que, em determinados momentos, a educação não era destinada a todos, não podendo falar, portanto em excluídos.

A mesma situação ocorre com o conceito de inclusão educacional, colocado como direito, preocupação, necessidade objetiva da sociedade contemporânea. É na sociedade democrática capitalista, que se vai enunciar a inclusão como projeto ideológico, já que é uma meta, como crítica à exclusão.

A partir da democratização nos anos 1980, no Brasil tem-se claramente o embate pelo direito à educação como uma maneira de aprofundar a democratização da sociedade e universalização dos direitos sociais.

Segundo Ferreira (2003), o pensamento sociológico encara de maneira genérica a educação escolar como uma das cinco instituições sociais principais, ao lado das instituições familiares, religiosas, políticas e econômicas. Grosso modo, ela tem a função de transmitir conhecimentos, normas de conduta e modos de sentir, pensar e agir, determinados pelas tradições culturais, a serem veiculados, primeiramente pela família e, em seguida, pela educação formal. A importância dessa instituição para a vida social faz com que ela seja objeto de uma controvérsia histórica, que é centrada no papel que se espera que ela cumpra na sociedade: seja o da transmissão conservadora de valores tradicionais, seja o da transformação da realidade a partir da transmissão de novos

valores.

A Reforma do Ensino Superior no Governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva, depois de várias tentativas, conseguiu tornar-se presidente do Brasil em 2001. Após quatro anos, ele se reelegeu para mais um mandato. Para se pensar a relação do governo com a educação, principalmente a do Ensino Superior, faz-se necessário buscar o momento em que esse governo começa a tomar atitudes que terão repercussão nessa esfera.

No primeiro ano do governo Lula, de acordo com Trindade (2004), a necessidade da reforma universitária foi debatida em seminários nacionais e internacionais, mas, somente no segundo ano do mandato, é que a reforma se inicia com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que teve a incumbência de analisar o que estava acontecendo com a educação brasileira e propor um plano de ação para a reestruturação, desenvolvimento e democratização do Ensino Superior.

O estudo de Otranto (2006) revela que, ao término dos trabalhos, o grupo elaborou um relatório final que reconhecia a situação de crise do Ensino Superior, principalmente das universidades federais, problema esse, atribuído à crise fiscal do Estado brasileiro. A crise também atingia as instituições privadas, que tinham aumentado muito nos anos anteriores e estavam ameaçadas devido à crescente inadimplência dos alunos e pelo descrédito dos diplomas que ofereciam. Por fim, o relatório apontava as ações que deveriam ser tomadas para reverter essa crise: primeiro, criar um programa emergencial para apoiar o Ensino Superior, principalmente as universidades federais; e, em segundo lugar, realizar uma reforma universitária mais profunda.

Segundo Cunha (2004), para efetivar as mudanças necessárias ao Ensino Superior, o ideal seria uma nova LDB. Como isso era inviável devido às condições políticas, as alterações poderiam ser realizadas por leis orgânicas, conforme expõe Mancebo (2004).

Na análise de Otranto (2006), o relatório final do GTI serviu como base para os outros documentos que orientaram a Reforma da Educação Superior brasileira, direcionando as medidas legais. Nesse documento, a reforma chamada de “mais profunda” perpassa os seguintes temas: o quadro docente, o aumento de vagas, a educação à distância, a autonomia e o financiamento das universidades.

Quanto à ampliação de professores e aumento das vagas para os estudantes nas IES federais, esse documento coloca a necessidade de, em 2007, chegar a 2,4 milhões de vagas. Sabendo da necessidade de abrir concursos para professores e servidores públicos, o GTI propõe a criação de bolsas de estudos para aproveitar docentes aposentados e recém-doutores para atuarem no ensino de graduação.

Minto (2006) apresenta sinteticamente as diretrizes determinadas pelos organismos multilaterais para a educação: foco no gasto público para ensino básico, dando-se ênfase ao Ensino Fundamental; municipalização do Ensino Fundamental; incentivo à privatização da educação; adequação da legislação educacional, proporcionando ao governo federal maior controle e poder para intervir nos níveis de

ensino, sem que, no entanto, o Estado participe diretamente da execução dos serviços.

Até mesmo o liberal Joseph E. Stiglitz (2003) critica as condições que eram determinadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, demonstrando que os condicionantes tinham como objetivo fazer com que os países em desenvolvimento abrissem seus mercados comerciais, produtivos e financeiros para os países ditos desenvolvidos.

A reforma do ensino legitimaria a expansão do setor privado. De acordo com Minto (2006), a estratégia usada decorre de um duplo processo: de um lado, critica negativamente tudo que é público estatal, colocando como problema que não serve e não é bom; de outro lado, valoriza o setor privado, que é competente e bom, e é ele que vai acabar com os problemas da educação brasileira, já que o Estado é incapaz.

Percebe-se que, em todas as alternativas, o Estado é substituído por outras fontes de financiamento. No entanto, o que mais surpreende Otranto (2006, p. 7) é que, nesse mesmo documento, “o MEC ‘se propõe a assegurar um fluxo regular adicional de recursos’ para aquelas instituições universitárias que aceitem aderir a um ‘Pacto de Educação para o Desenvolvimento Inclusivo’”. Nesse pacto, segundo o relatório do GTI, as vagas abertas contemplariam tanto as universidades federais, estaduais, municipais, como também as privadas (comunitárias ou particulares), quando as instituições públicas não tiverem capacidade de absorver a demanda. É sabido que, nas universidades públicas, não se tem vagas ociosas, nem ampliação do número de vagas. Assim, com certeza, grande parte dessa verba, prevista por esse documento, iria para as instituições privadas. Pode-se verificar essa postura no quadro abaixo, que apresenta o crescimento das IES privadas e a estagnação das públicas entre 1970 e 2005, data do citado estudo do grupo que levaria à implantação do ProUni:

Quadro 1 – Evolução do número de instituições de Ensino Superior no Brasil

Década	Pública	Privada	Total
1970	217	670	887
1980	220	682	902
1990	192	905	1.097
2000-2005	231	1.934	2.165

Fonte 1: INEP/ Censo da Educação Superior (1980-2005). **Fonte 2:** Anuários Estatísticos do Brasil (v.33-39). 1972/1978. IBGE (1908,1935, 1971-1975). **Fonte 3:** MEC. Secretaria-Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (1967-1968, 1976-1978). **Fonte 4:** Serviço de Estatística da Educação e Saúde (1933, 1936, 1937, 1939, 1940, 1941, 1942, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949. 1950).

Segundo Otranto (2006), essas alternativas de financiamento presentes no documento do GTI surgiram dos textos do Banco Mundial e dos outros organismos internacionais. O Banco Mundial e a Unesco, em documentos apresentados em 2000, sugerem a troca da dívida externa pelo investimento educacional. No entanto, deixam claro que a diminuição da dívida é condicionada à reforma do Ensino Superior.

Nesse mesmo caminho, Lima (2004, p. 43) afirma que a reforma da educação superior do governo Lula funda-se no “relançamento ‘requeitado’ das propostas privatizantes que a Unesco, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso apresentaram ao longo da década de 1990”, tendo apenas um discurso maquiado com um “novo humanismo”, com pacto social, que, na realidade, aprofunda os pontos centrais da lógica neoliberal para o ensino.

Conclui-se, dessa forma, que as diretrizes da Reforma da Educação Superior do governo Lula foram determinadas pelos organismos internacionais, em grande parte pelas diretrizes que foram defendidas no documento realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e que conduziu às medidas legais que foram criadas.

Para Otranto (2006), uma dessas medidas é o ProUni. Assim, em seu ponto de vista, esse programa significou atender às condições determinadas pelos organismos internacionais, o que, conseqüentemente, reflete-se na privatização do Ensino Superior brasileiro. Conforme explica Lima (2004), a reforma da universidade só pode ser pensada como uma política de governo que está inserida em um projeto mais amplo de educação e de sociedade.

No pensar de Lima (2004, p.26), não é mais “nem neoliberalismo, nem socialismo, nem social-democracia europeia, mas um ‘novo’ projeto societário, ora identificado como ‘Terceira Via’, ora como ‘nova social-democracia’, ‘nova esquerda’ (...)”. Esse projeto da “Terceira Via” significa que, na área da política, segundo Chauí (*apud* LIMA, 2004, p. 26), busca-se a aceitação da ideia de justiça social e abandona-se a ideia de “política de classes” e a de igualdade econômica, buscando apoio em todas as classes sociais e garantindo que o governo seja uma das condições para a expansão e para o desenvolvimento da liberdade individual. No plano econômico, busca-se equilibrar a regulação e a desregulação de uma economia mista, mediante parcerias entre público e privado.

Para Lima (2004, p. 28), essa “guinada à direita do Partido dos Trabalhadores tira da pauta de ações do partido a luta pelo socialismo, que foi substituída pela conciliação de classes”, com estabelecimento de um pacto social entre as classes e, na mesma direção, uma política subordinada aos organismos internacionais.

Florestan Fernandes (1983), na apresentação do livro “O Estado e a Revolução de Lênin” (1983), apontava que a maioria dos partidos socialistas contentava-se com a reforma do capitalismo, esquecendo que, no pensar de Marx e Engels, não se tem a reforma da propriedade privada, mas o seu fim. Em suma, não se tem que abrandar os antagonismos de classes, mas eliminar as classes. Não se tem que melhorar a sociedade capitalista, mas construir uma nova.

Segundo Pereira (2006, p.14), uma educação que leve à “superação do mundo que engendrou a democracia na ordem burguesa terá que ser tão ampla e complexa que dê conta das contradições historicamente constituídas e também a sua possibilidade de superação”.

Dessa forma, não basta o governo Lula garantir o acesso ao Ensino Superior, nem o acesso a tudo o que a sociedade produz, pois essa visão é mercadológica. A atitude a ser tomada é outra: é preciso conseguir a posse comum dos meios de produção e, com isso, todos terão a possibilidade da educação, pública, gratuita em todos os níveis.

Estván Mészáros (2005) deixa claro que o acesso ao ensino universitário não significa democratizar o conhecimento e que a educação não é uma mercadoria. O autor expõe a necessidade de se pensar o humano além do capital, já que o capital se fundamenta no individualismo, no lucro e na competição. Em seu pensar, “educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias” (id., *ibid.*, p.9). Colocar essas idéias na vida prática exige ações que vão além das salas de aula, de gabinetes e de fóruns científicos. Dessa forma, a educação não se restringe à pedagogia, mas é um processo que se insere nas ruas, nos espaços públicos e no mundo.

O Governo Lula, para resolver a falta de vagas no Ensino superior, no lugar de criar novas vagas nas instituições públicas, optou por financiar vagas nas privadas, por meio da criação do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2010, por meio de dados fornecidos pelo MEC, tem-se claro que não foram criadas 120 mil bolsas, como previsto inicialmente pelo Programa, mas muito mais, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Bolsas ofertadas anualmente pelo ProUni no período de 2005 a 2010

Bolsas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Integral	71.905	98.698	97.631	99.495	153.126	125.090
Parcial	40.370	39.970	66.223	125.510	94.517	115.351
Total	112.275	138.668	163.854	225.005	247.643	240.441

Fonte: Dados do MEC – Quadros Informativos de 2005 a 2010.

Nota-se, claramente, no pensamento de Otranto (2006), Minto (2006), Lima (2004) e Pereira (2006), que a universidade brasileira só ganhou em qualidade ou/ e em expansão quando esse foi um interesse do capital, tanto nacional quanto internacional, que condicionaram a educação à economia, principalmente aos interesses do mercado.

Os caminhos para conhecer a visão do bolsista

O ProUni foi objeto de discussão entre vários autores, entre os quais, destacam-se Lima (2004), Minto (2006), Otranto (2006), Marques e Maia (2006), Catani, Hey e Gilioli (2006), Carvalho (2006), Lessa (2007), Arcary (2007), Pereira (2006). Além disso, houve discussões em várias entidades, como Agência Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Alguns defendem o programa, outros criticam-no por estar a serviço das mantenedoras; outros afirmam que, por se uma medida paliativa, não universaliza o acesso à educação superior.

E os bolsistas do ProUni, aqueles alunos que são beneficiados pelo programa, o que pensavam a respeito? Será que viam o programa como a possibilidade de acesso ao

Ensino Superior de todas as classes sociais? Como avaliavam o processo seletivo do ProUni? Quais as expectativas em relação ao curso que faziam? Para buscar respostas a essas questões, buscou-se conhecer o que pensam os alunos bolsistas do ProUni. Para isso, foi necessário ir a campo, em uma Instituição privada de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo.

Havia nessa instituição de Ensino Superior em torno de 700 alunos bolsistas do ProUni, dos quais 420 no campus em que a pesquisa foi realizada. Foram disponibilizados pela instituição 104 alunos bolsistas e seus respectivos prontuários, para compor a amostra. A escolha dos alunos em responder ao questionário foi intencional, já que foram selecionados aqueles que se dispuseram.

A primeira etapa da pesquisa foi a documental, na qual foram analisados os prontuários de cada um dos 104 alunos. Os documentos analisados foram os históricos do Ensino Médio e os históricos da universidade dos 104 bolsistas do ProUni, com o intuito de realizar uma comparação entre as notas desses dois níveis de ensino. Outro objetivo foi verificar se estava sendo cumprida uma das exigências do ProUni para que o aluno não perca a bolsa, isto é, a “não aprovação em, no mínimo, de 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo.” (BRASIL, 2008).

A segunda etapa da pesquisa foi a aplicação de um questionário junto aos alunos bolsistas. Utilizaram-se perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao respondente escolher alternativa e a partir de então explicitar sua informação.

Levando-se em conta a temática da pesquisa, o questionário foi estruturado, subdividido em temas e para cada tema foram realizadas questões específicas. Formaram-se 42 perguntas, e os temas abordados foram, na primeira parte do questionário, questões que buscaram os dados pessoais e escolares dos bolsistas, tendo por objetivo traçar o perfil desses alunos (o curso que realiza; o perfil pessoal do bolsista; a relação do trabalho com o estudo). Na segunda parte do questionário, as questões foram formuladas sobre a visão do bolsista em relação ao ProUni (avaliação).

O questionário foi entregue pela pesquisadora aos alunos do período da manhã e da noite, explicando-se o objetivo da pesquisa e dando-se um prazo de uma semana para que fossem devolvidos na coordenação do curso. Dos 104 questionários entregues apenas 43 foram devolvidos.

Resultados da Pesquisa

Ao analisar os dados documentais, foi possível inferir que os estudantes, em sua maioria, mantêm na faculdade o desempenho que obtinham anteriormente no Ensino Médio. Já que, no nível médio, 78% obtiveram a média B e na faculdade 70% permanecem com essa média. Pode-se deduzir que houve um melhor desempenho de alguns, pois de 13% com média A no Ensino médio, passa-se a ter 30% dos bolsistas com essa média no Ensino Superior.

Além do desempenho, foi possível verificar se estava sendo cumprida uma das exigências do ProUni para que o aluno não perdesse a bolsa, isto é, ter de ser aprovado,

no mínimo, em 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo (BRASIL, 2008).

Dos 104 bolsistas, 44 tiveram disciplinas inconcluídas, canceladas, trancadas, reprovação por nota, reprovação por frequência, mas, em todos os casos, foram cumpridos os 75% de aprovação das disciplinas por semestre.

Na segunda etapa da pesquisa, a partir dos 43 questionários respondidos, foi possível concluir que 87% eram jovens entre 19 a 27 anos, dos quais 63% eram do gênero feminino e 37% do masculino. Do total de respondentes, 65% residiam onde se localizava o campus em que estudavam e 35% moravam em municípios vizinhos. Além disso, 60% possuía renda familiar de três a quatro salários mínimos. Em segundo lugar, apareciam, com 19%, os que tinham uma renda familiar entre cinco e seis salários mínimos; em terceiro lugar, com 16%, os bolsistas que possuíam uma renda familiar entre um e dois salários mínimos. Por último, com 5%, apareciam aqueles que ganhavam mais de seis salários mínimos.

Segundo o MEC, à época, a renda que o jovem carente devia ter para poder concorrer ao processo de seleção à bolsa era calculada pela renda familiar dividida pelo número de pessoas. Se a renda fosse de R\$622,50, o aluno podia concorrer a uma bolsa integral; se a renda fosse de R\$1.245,00, o jovem podia concorrer a uma bolsa parcial (50%) (BRASIL, 2008).

Ao se verificar o número de pessoas que integram a família, verificou-se que a renda era baixa para manter todos os familiares e ainda pagar mensalidades escolares. Vale registrar que 40% dos respondentes possuíam quatro membros na família; 26% possuíam cinco; 19% têm três pessoas na família; 5% possuíam sete; e 2% tinham duas pessoas. Os respondentes correspondiam à exigência de renda familiar para terem bolsas integrais. A análise desses dados possibilitou, assim, inferir que o ProUni favorecia as classes de baixa renda, no que diz respeito ao ingresso no Ensino Superior, mas vale lembrar que os valores considerados levavam em conta apenas a mensalidade. O ProUni não se propunha a custear outros gastos, também necessários à manutenção do estudante na universidade, como transporte, alimentação e materiais didáticos. Carvalho (2006) identificou essas dificuldades e pronunciou suas dúvidas quanto ao atendimento social efetivo do ProUni, pela assistência social, que só as instituições públicas podem oferecer, como: moradia estudantil, alimentação subsidiada, os hospitais universitários para atendimentos em saúde e as bolsas de pesquisas, entre outros.

Questionados sobre a possibilidade de cursar o Ensino Superior sem a existência do ProUni, 88% dos bolsistas afirmaram que isso não seria possível, e apenas 12% colocaram que, mesmo sem a bolsa, teriam possibilidades de cursá-lo. Dos alunos que não teriam possibilidade, 83% justificam a impossibilidade pela falta de condições financeiras.

Isso demonstra, primeiramente, a desigualdade econômica e a queda real no poder de compra do assalariado brasileiro, bem como o aumento do desemprego a cada dia, não permitindo gastos com mensalidades. Além disso, os alunos não pensavam na universidade pública como uma opção.

Deve-se lembrar, aqui, os estudos de Sanfelice (2005) quanto à diferenciação entre o que é público e o que é estatal, para que se compreendam os motivos alegados pelos estudantes. O Estado sempre repassou fundos públicos à educação do setor privado e implementou a política educacional segundo as necessidades do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a educação estatal brasileira é aquela cuja base material e cujas relações sociais necessitam, para manter a ordem capitalista, da propriedade privada dos meios de produção e da concentração do capital. Os movimentos contrários foram combatidos pelo Estado, pelas igrejas ou pelos empresários, com a privatização do ensino.

Percebe-se que os bolsistas são estudantes que se incomodavam com a qualidade do ensino, já que 52% se preocuparam em escolher uma instituição e o curso que tivessem a qualidade como princípio.

Quanto às dificuldades vividas pelos bolsistas na vida universitária, o que se pode perceber é novamente o aspecto financeiro (com transporte, livros e cópias, alimentação e moradia) como o maior problema para se realizar o estudo. Por mais que o governo concedendo a bolsa de 100% aos estudantes, 53% relataram enfrentar dificuldades financeiras para realizar o curso. Isso demonstra que o acesso não se restringe à mensalidade.

A mobilidade social apareceu como resposta à demanda por uma graduação, já que acreditavam que, a partir da educação superior, podiam ter uma melhor condição econômica para si e para seus familiares. Para Rouanet (2006), isso é um mito da sociedade capitalista, já que, para ter mobilidade social, é necessário existir trabalho, mas este não existe para todos. E, sem ele, não há como ter acesso a bens e serviços.

Em um país como Brasil, caracterizado pela grande concentração de capital e riqueza, o diploma universitário representa a sonhada mobilidade social, como o caminho mais democrático para ascensão social. Porém, de posse do título, para muitos, vem a frustração por não conseguirem atuar na carreira, continua em seus antigos empregos e sob as mesmas condições (PIETROCOLLA, 1986).

Para 70% dos bolsistas ouvidos para esta pesquisa, o ProUni é a democratização do ensino superior brasileiro, pois não conseguiam perceber uma possibilidade de realizar o curso sem esse auxílio. Os alunos respondentes veem o Estado como representante de todas as classes sociais. Para 30%, não se trata de democratização, já que muitos jovens continuavam sem o acesso ao Ensino Superior. O grupo via o ProUni como um modo de amenizar o problema da exclusão, com a inclusão de alguns.

Pode-se aferir, a partir desta pesquisa, que, para o bolsista do ProUni, fazer uma faculdade, significava receber um conhecimento, que lhe daria condições de desenvolver uma profissão. No entender dos respondentes, tal atitude possibilitar-lhes-iam melhorar sua condição econômica e social, mobilidade social. Para esse grupo, o programa significava a democratização. No entanto, para aqueles que percebiam que o conhecimento vai além de formação profissional e poderia libertá-los da alienação impregnada na sociedade capitalista, nota-se que o programa não significava

democratização.

Considerações finais

A ideologia ou a visão social de mundo que perpassava o ProUni, conforme sentidos a ele atribuídos pelos estudantes ouvidos nesta pesquisa, está de acordo com os princípios de um governo democrático capitalista. Em que pese o anúncio da democratização do acesso, ela tem que ser entendida no contexto dos interesses do capital, nacional, internacional e da privatização do ensino, pois a democracia, num modo de produção capitalista, serve para manter o equilíbrio entre as necessidades dos cidadãos e as ofertas do Estado.

Ademais, não se pode esquecer que as ações desenvolvidas na esfera da educação se articulam com a totalidade das ações políticas, econômicas e sociais, quer nacionais, quer internacionais. Assim, o ProUni, enquanto um programa de acesso ao Ensino Superior, apresentava-se como contraditório, pois mantinha a ordem estabelecida. Da mesma forma, o acesso ao Ensino Superior continuava sendo uma utopia das classes menos favorecidas. Era tido como a grande oportunidade que surgira em suas vidas, para realização do Ensino Superior, para ingressar ao mundo do trabalho, para obter sucesso e ter um futuro melhor. No mundo do capital, transformou-se um problema – a exclusão do Ensino Superior – em uma oportunidade.

Conclui-se, dessa forma, que o ProUni, bem como as diretrizes para a Reforma da Educação Superior do governo Lula atenderam às determinações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, FMI, Unesco, Alca, OMC, Bird), bem como asseguraram benefícios aos empresários da educação, tanto nacionais como internacionais, que veem a educação como mercadoria e não como um direito.

Não se pode deixar de reconhecer que o ProUni colocou muitos jovens no Ensino Superior e que, sem o programa, muitos deles nunca chegariam a esse nível de ensino. Lógico que isso é muito bom. Trata-se de um programa que, mesmo com diversas alterações desde que foi concebido, ainda hoje concede vagas, antes inexistentes a jovens que também não teriam condições de cursar uma faculdade. O problema é que esse programa não universaliza esse direito.

Esta pesquisa não teve como objetivo encerrar o tema em estudo. Pelo contrário, teve a intenção de contribuir para o debate posto sobre o ProUni, considerando seus primeiros anos. Mais de uma década depois, é possível perceber a importância do programa e o quão deveria ser expandido, sobretudo quando se sabe que milhares de profissionais hoje no mercado de trabalho foram formados graças ao programa. Existem questões que merecem ser analisadas mais profundamente, por outros pesquisadores, podendo ser transformadas em objetivos de futuros trabalhos de quem possa interessar-se em contribuir com o estudo e a realidade do Ensino Superior Brasileiro.

Referências bibliográficas

ARCARY, V. Por que as cotas são uma proposta mais igualitarista que a equidade meritocrática? **Revista Crítica Marxista**, n. 24, Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 102-105.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA . **Lei n. 11.096**, de 13 de Janeiro de 2005. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. **Acesso em:** 7 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **ProUni**. Brasília (DF). **Disponível em:** <http://ProUni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/Oprograma.shtm>. **Acesso em:** 6 mar. 2007.

BRASIL. MEC. **ProUni:** informações. **Disponível em:** http://portal.mec.gov.br/ProUni/index.php?option=com_content&task=view&id=238&temid=134. **Acesso em:** 23 out. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Avaliação: Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação. **R. Bras. Est. Pedag.** Brasília, v. 82, n.200/201/202, p.117-136, jan./ dez. 2001. **Disponível em:** <https://www.mec.gov.br> . **Acesso em:** 11 jul. 2022.

BRASIL. MEC/SESu/DIPES. **Coordenação Geral de Projetos Especiais para Graduação. Manual do Bolsistas**. Março de 2008. **Disponível em:** <http://portal.mec.gov.br/ProUni/>. **Acesso em:** 23 out. 2008.

CARVALHO, C. H. A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. Brasília: Anped, 2006. **Disponível em:** <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/politica-para-o-ensino-superior-no-brasil-1995-2006-ruptura-e-continuidade-nas>. **Acesso em:** 10 ago. 2022.

CATANI, A.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. ProUni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**. Curitiba/PR, n. 28, jul/dez 2006, p. 125-140.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, Especial, out. 2004, p. 795-817.

FERREIRA, D. **Manual de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IBGE. **Volume Brasil e plano tabular para grandes regiões, unidades da federação e nove regiões metropolitanas Brasil**. Domicílios. Tabelas 7.3 e 7.7– 2005. **Disponível em:** http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/defaulttab_hist_brasil.shtm. **Acesso em:** 13 Jan. 2008.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LESSA, S. Cotas e o renascimento do racismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 24, Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.106-109.

LIMA, K. R. S. Reforma Universitária do Governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, L. M. W (Org.). **Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004, p. 1-46

MANCEBO, D. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, Especial, out. 2004, p. 846-866.

MARQUES, E. P. S.; MAIA, S. F. Ações Afirmativas e a política de cotas: uma análise do Programa Universidade para Todos – ProUni – a inserção de negros na universidade. Séries-Estudo. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande-MS, n.22, p. 47-59, Jul./ Dez., 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINTO, L. W. **As reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MINTO, L. W. Globalização, transição democrática e educação (inter)nacional (1984...). In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. Moura (Orgs.). **Navegando na História da Educação**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_transicao_democratica_intro.html. Acesso em: 23 Nov. 2007.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. Grupo de Trabalho: Política da educação Superior no.11: ANPED, 2006. **Anais...** Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/>. Acesso em: 15 Nov. 2007.

PACHANE, G. G. **A universidade vivida: a experiência universitária**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1998.

PEREIRA, M. F. R. Dois sentidos para a educação na década de 1980: democracia e cidadania/ implicações históricas. In: LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_071.html. Acesso em: 20 Abr. 2008.

PIETROCOLLA, L. G. **O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

ROUANET, L. P. **John Rawls e a política de ações afirmativas**. PUC-Campinas, 2006. Disponível em: <http://br.geocities.com/eticaejustica/politicasafirmativas.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2009.

SANFELICE, J. L. S. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C. e outros (Orgs.). **A escola pública no Brasil**. História e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005a.

SANFELICE, J. L. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n.21, p.29-40, nov. 2006.

STUGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2003.

TRINDADE, H. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, Especial – Out. 2004, p.819-843.